

O Bicentenário da Adesão do Pará à Independência do Brasil e o Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Entre os anos de 1922 e 1923, os intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico do Pará se reuniram para celebrar o aniversário da nação. Independência e emancipação foram termos recorrentes em seminários, debates e festejos. Apesar de utilizadas na maior parte das situações como sinônimos, essas definições acabaram por manejar amplo campo simbólico acepções, derivações e incertezas. A questão é que a ideia de emancipação política, tão veiculada nos jornais da época, fez emergir as diferenças e tensões que pareciam latentes no desenho de uma nova historiografia que nascia imersa em projetos de construção de uma unidade nacional.

Neste projeto intelectual de nação, as festas do centenário da Independência do Brasil foram essenciais para configurar publicamente os debates produzidos no interior desse movimento na seara das letras e da história. Longe de se restringir apenas às exterioridades e à superfície dos significados das festas cívicas, as disputas em torno da construção do saber e do conhecimento histórico estavam em pleno curso. A própria emergência histórica de um léxico datado, como nos conceitos *independência*, *adesão*, *emancipação política*, *libertação*, deve ser encarada como um indício concreto para situar nossos personagens, imersos que estavam, numa problemática política e cultural central naquele contexto histórico.

Nesse processo de lapidação das interpretações sobre nossas origens nacionais, o Instituto Histórico e Geográfico do Pará teve, como já era de se esperar, uma lida das mais destacadas – sendo mesmo o principal responsável pelo tom, quase uníssono, que então ecoou na imprensa, embora não fosse o único. A questão chave para o sodalício era de tentar, a todo custo, apagar das memórias as versões de que teria existido uma guerra de independência. Os dois nomes centrais nessa formulação foram o do jurista Candido Costa e o do engenheiro João de Palma Muniz (1873-1927), ambos, figuras de proa do Instituto.

O primeiro era um apaixonado por compêndios e polianteias cívicas, já tendo em seu currículo a organização de volumes especiais sobre o 4º centenário do descobrimento da América e do Brasil, o jubileu da guerra do Paraguai, e já começando os trabalhos para o *Livro do Centenário*, publicado em 1924. O segundo era um velho parceiro do pintor e historiador Theodoro Braga nas pesquisas históricas em arquivos brasileiros e europeus desde a primeira década do século XX e que, no início dos anos de 1920, seria o autor das teses mais polêmicas sobre a independência do Brasil no Pará.

A palavra *tese* era, naquela situação, também um termo emblemático. Assinale-se que, além da novidade encetada no evento comemorativo, a própria agremiação acenava com mudanças em sua diretoria, concorrendo para a valorização daquela que pretendia ser uma nova leitura das origens nacionais. O velho Ignácio Moura terminava o seu período de comando e Theodoro Braga transferia-se definitivamente do Pará para sul do país, aonde se tornaria, já em 1921, livre-docente da Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro. A nova diretoria, empossada em março de 1923, apesar de muito afinada com a anterior, deu chance para que outros nomes se colocassem em evidência. A legitimidade a toda prova que Ignácio Moura havia adquirido em seu posto, não foi conseguida do mesmo modo por seus

sucedores. Passando as vistas nos nomes da nova mesa diretora é difícil acreditar em grandes transformações ou mudanças no eixo interpretativo da casa.

São as mesmas figuras que tocaram a reinstalação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará em 1917: Henrique Santa Rosa, Luiz Estevão de Oliveira e Manoel Braga Ribeiro, todos na diretoria, além de Luiz Lobo e Bertholdo Nunes, no conselho-diretor. Porém, entre as muitas posições de destaque, estavam João de Palma Muniz, como primeiro secretário e membro da comissão de redação da revista do Instituto, e Henrique Jorge Hurley, conselheiro da casa e membro da comissão de geografia e etnografia. Afora outros interessados no assunto da independência, esses dois sujeitos centralizaram a polêmica sobre a questão.

O palco principal de exposição dessas novas versões da história do Brasil, sob o ângulo paraense, foi primeiramente a sessão solene organizada pelo IHGP em 7 de setembro de 1922, incluída pelo governador do Estado, Dr. Souza Castro, no programa oficial dos festejos. Por sugestão de Palma Muniz, foi aprovado que a próxima revista da instituição seria constituída com 30 teses “referentes ao movimento de adesão do Pará à Independência”. De fato, foi exatamente Palma Muniz o herói-fundador dessa interpretação que, ainda hoje, campeia livre na maior parte dos estudos sobre o tema e suas mediações pela historiografia paraense.

A principal tarefa desempenhada por esse historiador foi a de reescrever e acomodar a ação dos personagens envolvidos nas tramas da Independência, de tal modo que a história das lutas contrárias à formação da nacionalidade brasileira se transformasse exatamente no oposto – nas lutas pela adesão à Corte do Rio de Janeiro e ao Império do Brasil. A primeira proposição era a de que tanto os próprios membros do Instituto como outros interessados de fora pudessem apresentar seus trabalhos, obviamente dentro da linha seguida pela comissão da revista.

Não houve, entretanto, uma resposta afirmativa para todas as teses, das quais apenas seis foram apresentadas, a maior parte com consórcios da casa. Além dessas, apareceu uma nova – na forma de um ensaio – proposta por Braga Ribeiro. O resultado do colóquio provou que esta tese praticamente resultava de um esforço pessoal do secretário do Instituto. O primeiro passo foi o de revisar a historiografia clássica, produzida no século XIX, especialmente por Antônio Ladislau Monteiro Baena (1781-1851), Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878) e Domingos Antônio Raiol (1830-1913), todos ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Enquanto esses autores definiam o processo de Independência como a própria formação do império brasileiro, sob a linhagem da família real portuguesa, Palma Muniz propunha uma versão civil dessa história, assentada numa nacionalidade popular. Em outras palavras, a figura do “súdito” da historiografia romântica deu lugar ao “povo” na versão dos modernos dos anos 20.

O ideário da nação não passaria mais pela constituição de um país branco e europeizado, e ao invés de um Estado suficientemente forte e centralizado, a ênfase recaía agora sob a noção federativa e republicana. Envoltos nisso, havia também um grande esforço de redefinição do patriotismo brasileiro, que já tinha seus contornos melhor definidos com as incursões de Theodoro Braga, na primeira década do século XX. Mas, se no contexto dos debates sobre a fundação de Belém, a figura do desbravador-conquistador

português se misturava tranquilamente com a figura dos nativos, na construção da nova terra, o mesmo não acontecia quando o assunto passou a ser a Independência, na qual portugueses e brasileiros ocupavam frentes opostas.

Apesar de ter consciência de estar tratando de um assunto polêmico, tenso e excessivamente ambíguo, Palma Muniz apostava no tom conciliador que o conceito de adesão traria para o ânimo de sua geração em ressignificar a identidade nacional, dialogando com o regional. Por isso mesmo, sua leitura procurou endossar uma certa projeção do Pará para a trajetória do novo país que iria nascer. Nesse ponto distante do Reino Unido, teria chegado pela primeira vez, ainda em 1820, as notícias da revolução constitucionalista que, no ano anterior, abalou fortemente o absolutismo português. O primeiro herói da versão de Palma Muniz era justamente o mensageiro dessas notícias – Filipe Patroni, sujeito que pretendia fazer sua terra aderir ao movimento do Porto, “esboçando a gênese da revolução” no Grão-Pará. A partir daí, e a cada passo dessa história, começavam a reaparecer todos aqueles nomes entronizados na galeria histórica, que Palma Muniz e seus confrades expuseram no Theatro da Paz em 1918. Passava-se então para o ponto seguinte em sua tese central: o árduo trabalho de Patroni conseguiu até mesmo depor a Junta Governativa, aclamando uma outra, sob a presidência do Vigário da Sé, Romualdo de Seixas – outro herói no panteão da Independência.

Por obra dessa junta, teria havido o reconhecimento definitivo do “movimento revolucionário na Província”, à custa da consolidação da “autoridade” de seu governo e, principalmente, na garantia dos “direitos públicos” dos cidadãos. Como desdobramento disto, foram enviados emissários aos pontos mais importantes do interior do Pará, ao Rio de Janeiro e a Lisboa. Nessa leva, Patroni foi para Portugal a fim de tomar pé da situação. Por lá, o rapaz ficaria convencido de que sua terra era apenas uma porção do Reino, sem representatividade e reconhecimento na Corte. Surgia então, pela primeira vez, a reação nativista quando, em novembro de 1821, Patroni se dirigiu ao Rei, em tom enérgico, acusando-o de absolutista: “Os povos não são bestas que sofrem em silêncio todo o peso que lhes impõe. O Brasil quer estar ligado a Portugal; mas se o ministério do Reino-Unido, pela frouxidão, contribuir para a consistência e duração da antiga tirania, o Brasil em pouco tempo proclamará sua Independência”.

A recuperação que Palma Muniz fez da fala de Patroni diante do rei, abriria o caminho para os próximos passos rumo à Independência. Primeiro, a consciência de alguns brasileiros, como Patroni, da dura submissão colonial e, conseqüentemente, do nascimento de uma revolução forjada no interior das primeiras tipografias, pela propaganda separatista. Se em 1821, Patroni já havia feito circular uma *Gazeta do Pará*, comparando a realidade local com a vida na Corte, denunciando os desvios das rendas públicas e defendendo a constituição como o único instrumento capaz de reordenar as relações da coroa com a sociedade civil, em 1822, com o jornal *O Paraense*, Patroni fundaria de vez a nacionalidade brasileira, vista sob o ângulo do Norte.

Isto tanto seria verdade que, no entender de Palma Muniz, justamente na chefia dessa folha estava o próximo herói da lista – o cónego Batista Campos. A resposta dos portugueses não tardou e, em março de

1823, foi destituída a Junta de Governo e todos os ativistas foram deportados para distante de Belém. Aprova de que a nacionalidade brasileira estava nascendo viria, para o nosso intérprete, exatamente pelas mãos da repressão. Por isso mesmo, sob o comando dos adversários, *O Paraense* foi rebatizado como *Luso-Paraense*, transformando-se em arauto da dominação portuguesa. Apesar de toda essa perseguição contra os nacionais, o autor fez emergir nessa história o “sentimento nacional” que, segundo ele, se alastrava com força entre os que ansiavam por liberdade.

O momento mágico dessa reação dos paraenses poderia ter acontecido no intervalo de apenas cinco meses. A apropriação dessas histórias por Palma Muniz é um capítulo à parte na criação das lendas da Independência e do movimento cabano de 1835. O primeiro capítulo teria ocorrido na madrugada de 13 para 14 de abril de 1823, quando um grupo de brasileiros fez rebentar uma “insurreição” por liberdade, tomando o quartel e o parque de artilharia da capital do Pará. Porém, como o 3º regimento de infantaria não “aderiu” à luta, os portugueses tripudiaram sobre os vencidos. Nada menos do que 270 brasileiros foram condenados à morte, sendo o próprio cônego Batista Campos colocado na boca de um canhão. Mais uma vez, em meio à história, aparecia o próximo herói da lista, o bispo do Pará, D. Romualdo Coelho, que conseguiu salvá-los da morte, convencendo os portugueses que os mandasse para serem julgados em Lisboa.

Já em Portugal, acabaram alcançando a anistia por intermédio do conde de Vila Flor, que conhecia muitos dos prisioneiros, pois havia sido governador e capitão-general do Pará, de 1817 até 1820. Os portugueses afinal tinham vencido essa parte da Guerra. O outro capítulo da legenda teria começado em 10 de agosto, com a chegada do brigue de guerra *Maranhão*, sob comando do capitão-tenente inglês John Pascoe Grenfell. A tarefa do sujeito teria sido a de executar um plano traçado por seu superior, o lord Cockrane, chefe de uma esquadra organizada por Pedro I, que a essa altura já era imperador do vizinho Brasil, desde o ano anterior. Segundo nosso autor, a convicção do monarca brasileiro era a de fazer o Grão-Pará “aderir” ao Império do Brasil. Com o navio ancorado na baía do Guajará, defronte a Belém, Grenfell teria convencido a Junta Governativa a proclamar a independência em 15 de agosto de 1823, blefando sobre uma esquadra imaginária que estaria vindo ao assalto da cidade.

Neste ponto, a tese de Palma Muniz encontrou vigorosos opositores entre os confrades do próprio Instituto. Enquanto o historiador prosseguia explicando que os oficiais ingleses, que serviram à marinha brasileira, foram grandes estrategistas, diplomatas e mentores da pacificação, a maioria dos intelectuais da casa, de correntes políticas as mais diversas, não aceitavam o heroísmo dos ingleses. Theodoro Braga, alguns anos depois, resumiu, de maneira clara, os limites da peleja: “Foi doloroso que uma sagrada ideia nacional, unindo todos os corações de brasileiros, no único desejo natural e evolutivo de liberdade ampla para um grande país como o nosso, fosse imposta e levada a efeito por estrangeiros mercenários e sanguinários”. Mas é importante referir que, além das muitas tensões encerradas na legenda da emancipação paraense, havia uma imagem que centralizou o campo das disputas em toda essa história, gerando uma das principais rixas na atuação política dos modernistas locais.

O fato envolvia novamente os nomes dos marinheiros ingleses, sempre na ponta da discórdia entre os literatos. A questão era que, mesmo depois de proclamada a independência, os conflitos entre brasileiros e portugueses pareciam longe do fim. Como desdobramento do acontecido em 15 agosto, teria explodido uma revolta entre a soldadesca local. Controlado mais esse levante, Grenfell teria ordenado, com enorme “brutalidade”, o fuzilamento de cinco dos soldados envolvidos, bem defronte ao largo do Palácio do Governo. Sem muitas cerimônias, “fez meter no porão do brigue *Diligente*” os outros 256 participantes da rebelião. Theodoro Braga assim descrevia o final dessa história: “Fechados no porão daquele navio, não tardaram 255 infelizes patriotas brasileiros a sucumbir, sendo enterrados depois no sítio Penacova, não longe de Belém”. A tragédia desse navio, depois chamado de brigue *Palhaço*, marcou profundamente, para os contrários de Palma Muniz, o significado da independência no Pará: “Esse lúgubre acontecimento, lúgubre e inútil, friamente concebido e executado pelo preposto inglês teve lugar no dia 17 de outubro de 1823, cinco dias depois de ter sido aclamado o Imperador do Brasil independente, a 12 desse mês, dia de seu aniversário natalício, aclamação feita com toda a solenidade determinada pela Junta Provisória do Governo da Província”. Com este episódio terminava a exposição do essencial na tese desenvolvida por Palma Muniz e, com o registro de Theodoro Braga, a apresentação da entonação opositora. Com efeito, não era apenas o seu amigo pintor que tinha discordância em relação ao seu ponto de vista – e isso ficou claro, durante a comemoração do 15 de agosto, naquele ano de 1923.

Cem anos depois, agora, no bicentenário da adesão do Grão-Pará à Independência do Brasil, o Instituto Histórico e Geográfico do Pará revisita a mesma efeméride com nova apreciação e novas leituras. Cabe destacar que esse número também está integrado às exposições *Sentinela do Norte: a Independência do Brasil no Grão-Pará*, realizada no Solar Barão do Guajará, entre 18 de maio de 2022 e 30 de junho de 2023, e *Águas Turvas: Paisagens Insurgentes da Adesão de 1823*, com abertura em 15 de agosto de 2023. Essas exposições são iniciativas do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e em parceria com a Cátedra João Lúcio de Azevedo, Universidade Federal do Pará e Instituto Camões, de Portugal, com a curadoria de Aldrin Figueiredo, Maria de Nazaré Sarges e Michelle Barros de Queiróz.

Neste volume, além de artigos inéditos e revisões historiográficas, são compiladas, a título de memória documental, três registros sobre o ano de 1823 no Pará, até agora ausentes da bibliografia especializada. Do mesmo modo, dois autores cruciais na historiografia da independência na Amazônia foram convidados para participar da publicação – Geraldo Mártires Coelho e Magda Maria de Oliveira Ricci. O primeiro, com o artigo *O jornal O Paraense e as ideias liberais no Grão-Pará de 1822*, traz uma análise da origem e circulação do primeiro jornal na Província do Grão-Pará, no contexto das lutas políticas da Independência do Brasil. Para isso, retoma o papel da imprensa na divulgação das notícias entre Lisboa e Belém do Pará, seus principais redatores e articulistas, em especial a figura do bacharel em direito Filipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente (1798-1866). Do mesmo modo, explora o largo campo ideológico no qual o periódico foi impresso, sob a influência que a Revolução Liberal do Porto e a instituição da Lei

de Liberdade de Imprensa em Portugal, em 4 de julho de 1821, movimentos esses que estiveram no cerne político-intelectual de Patroni. De linha editorial estritamente liberal, defensora da ordem constitucional, o jornal passa, num segundo momento, para o debate da autonomia brasileira frente ao domínio lusitano.

Magda Ricci, em *Da terra querida à pátria alcançada: os cabanos e os locais de esquecimento nos escritos sobre a independência do Pará*, realiza uma ampla revisão da literatura ancorada em intenso debate historiográfico, seu artigo apresenta as distintas interpretações sobre a independência do Brasil e o processo ocorrido no antigo Grão-Pará, instigado pelo olhar para as lutas que moveram os povos amazônidas. Trata igualmente da análise do processo histórico, político e historiográfico em torno de conceitos-chave para a compreensão histórica do período em questão, como liberdade, patriotismo e cidadania. Para isso, recupera diferentes temporalidades da historiografia brasileira e amazônica sobre os contextos das lutas napoleônicas, sobre o processo de independência do Brasil no Pará e sobre o movimento político e social da Cabanagem.

A seguir, com *Agruras das cifras: estatísticas e a dinâmica da população escravizada do Pará na época da Independência*, Daniel Barroso examina as estatísticas e a dinâmica demográfica da escravidão na conjuntura dos debates políticos e das lutas emancipacionistas na Amazônia, por meio da análise quantitativa de fontes censitárias produzidas nos séculos XVIII e XIX. Investiga também os ritmos de crescimento da população paraense, procurando evidenciar, a partir da distribuição e das práticas heterogêneas dos cativos em variadas regiões do Pará, ao longo do século XIX, os efeitos de distintos processos econômicos nas suas (re)configurações.

Com o artigo *Os padres liberais no Grão-Pará na época da Independência: entre os ofícios sagrados e o engajamento político*, Kelly Chaves Tavares se dedica à sócio gênese dos clérigos liberais na capitania do Grão-Pará e Rio Negro durante a transição da sociedade do Antigo Regime para o liberalismo, investigando a participação deste grupo social nesse contexto marcado por revoluções e sedições, como por exemplo a Revolução de São Domingos no Haiti. Assim, busca entender a participação da Igreja Católica e a mobilização do clero, durante e depois da ruptura com a Metrópole portuguesa, com atenção para os clérigos seculares e regulares liberais, muito deles ligados à Maçonaria

Em *Às margens da nação, ao centro do globo: Rio Amazonas, olhares e perspectivas sobre o modernismo brasileiro, 1922*, Tarcísio Cardoso de Moraes explora a narrativa modernista da nação brasileira das primeiras décadas do século XX, com o foco na representação de Amazônia como projeção de espaço distante e marginal e a criação de uma leitura da própria natureza como lugar do folclore, das lendas e das tradições, em descompasso com os desejos de um Brasil moderno. Assim, busca compreender essa imagem estigmatizada e consolidada por uma vertente do modernismo brasileiro, em perspectiva a interpretação do Brasil a partir do olhar amazônico, defendida pelo engenheiro e historiador paraense Henrique Américo Santa Rosa (1860-1933).

Silvio Ferreira Rodrigues, em *Um monarca no panteão republicano: o centenário da independência e a revisão da história da Amazônia no início do século XX*, escrutina o momento de

mudança no eixo interpretativo da história da Amazônia e os usos do passado pelos intelectuais paraenses no início do século XX. Impulsionados pela celebração das principais datas cívicas da época, como o centenário da Independência do Brasil em 1922, esses intelectuais revisariam a história para construir uma nova identidade nacional. Atendendo a esse propósito, até mesmo a memória da monarquia seria reabilitada, cujo sinal mais evidente foi a encomenda de um retrato do imperador D. Pedro I para figurar na efeméride.

Robson Wander Costa Lopes, com *No vagão da memória: trajetórias de um intelectual na festa do centenário da independência em Belém (1922)*, propõe aprofundar o conhecimento sobre o papel de João de Palma Muniz, enquanto historiador que tematizou a Adesão do Pará à Independência do Brasil, buscando observar o conjunto de sua obra e delineando o contexto sócio-histórico que inspirou sua produção intelectual na década de 1920, em Belém do Pará. A elaboração do “retrato” do intelectual se baseou nos indícios das notas jornalísticas, encontrando nos vestígios de suas práticas elementos para a composição da personagem histórica, sempre atenta à tênue fronteira entre o discurso e a realidade.

Por fim, neste dossiê especial, a Revista do IHGP apresenta a sessão *Memória e Documentos*. Nela publicamos três documentos instigantes sobre a tumultuada década de 1820, produzido em Belém, Vigia e Rio de Janeiro. Entre eles, consta a *Exposição breve do como forão no Pará fuzilados 5 brasileiros e mortos 252 no purão do navio S. José Diligente, na noite de 20 de outubro de 1823*, publicado no Rio de Janeiro em 1826, constante do acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Dentre os documentos existentes no IHGP, pertencentes ao Arquivo Palma Muniz, apresentamos o *Resumo das festas, com que na Villa de Nazareth da Vigia se celebrou a gloriosa Aclamação do Sereníssimo Senhor Dom Pedro de Alcântara, Primeiro Imperador do Brasil. No faustíssimo dia 31 de Agosto de 1823. A que se ajunta o Discurso recitado pelo Escrivão o Senado da Câmara da mesma Vila*. Os dois documentos, impresso e manuscrito, foram transcritos e são expostos com notas de Michelle Barros de Queiroz.

Ainda como parte da sessão, publicamos a *Correspondência da Junta Provisória do Governo Civil da Província do Pará. Pará, 09 de junho de 1823*. Albergada no Fundo Secretaria da Capitania, constante da série Correspondências das Juntas com Diversos, o documento manuscrito pertence ao Arquivo Público do Estado do Pará, e teve ainda sua notação antiga, ainda organizada sob os cuidados de Arthur Vianna, célebre diretor do Arquivo e membro fundador deste Instituto. O historiador Leonardo Torii, atual diretor do Arquivo Público do Estado do Pará, contribui com a apresentação e notas. Esperamos, assim, que esse número seja uma contribuição da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará para os debates da historiografia da Independência do Brasil a partir do esquadro amazônico.

Aldrin Moura de Figueiredo
Michelle Barros de Queiróz

Santa Maria de Belém do Grão-Pará, 28 de junho de 2023